

A
A



Assembleia Municipal

Ata

Sessão de Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 02

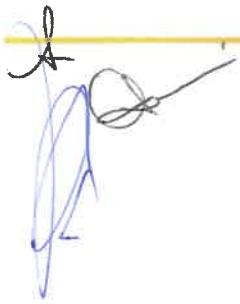
de 19/12/2025

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
António Rui Esteves Solheiro	Presidente	P
Carla Sofia de Abreu	1º Secretário	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Anselmo Afonso Mendes	P	João Luís Rodrigues Vilarinho	P
Fernanda Catarina Pinto Barbosa b)	P	David Manuel Barbeitos	P
Liliana Isabel Cortes da Rocha	P	Joaquim Silva	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	Joselito Domingues Gonçalves	P
Maximiano José Calheiros Gonçalves	P	Amado Manuel Rodrigues Dias	P
Francisco José da Silva Reis Lima	P	Silvia Elisete Domingues	P
Mariana Lourenço Domingues	P	Eduarda João Lourenço de Caldas Oliveira	P
Gonçalo João Nabeiro Monteiro	P	Daniel Domingues Alves	P
José Custódio Domingues	P	Elisabete de Lourdes Domingues	P
José da Purificação Rodrigues Cardoso	P	Luís Miguel Pires	P
Bárbara Lima a)	P	José de Jesus Domingues	P
		Maria Aurora Soares Alves	P

P-Presença F-Falta

- a) Bárbara Lima em substituição de Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues;
- b) Fernanda Catarina Pinto Barbosa em substituição de Manuel Luis Domingues Gonçalves.



Quando eram 19h00 horas, a cidadã Catarina Aurora Rodrigues Mira, eleita deputada pelo Partido Socialista, tomou posse, uma vez que não tinha estado presente na reunião de instalação dos Órgãos para a Assembleia Municipal.

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal informou que a 2ª secretária não estaria presente, pelo que, convidou a deputada Catarina Mira a fazer parte da Mesa.

Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente informou do ato eleitoral que irá decorrer no próximo dia 12 de janeiro das 16 as 20h, para a Presidência e Vice-Presidência da CCDR-Norte. Para esta eleição serão convocados, para uma reunião extraordinária, o Presidente da Câmara, os Vereadores e os Membros que compõem a Assembleia Municipal.

Deu a conhecer ainda, que tinham tido uma reunião para o Regimento, na qual estiveram presentes os deputados Maximiano Gonçalves e Manuel Luís Gonçalves. O deputado Francisco Reis Lima, não pôde estar presente, contudo mandou uma posição de princípio generalizada, pelo que, em princípio, não haverá grandes alterações ao regimento atual. No entanto, todos os membros ficaram de comunicar contributos para posteriormente se efetuarem os ajustamentos necessários em reunião presencial. Até nova alteração, ficará em vigor o Regimento atual.

Nada mais havendo a informar, deu-se início à ordem de trabalhos.

Assunto nº01	Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Melgaço, de 25-10-2025;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia, abriu um momento de apreciação e discussão da ata.

Não havendo pedidos de intervenção, a mesma foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção** da deputada Bárbara Lima uma vez que não esteve presente nessa reunião.



Assunto nº02	Período de Antes da Ordem do Dia;
---------------------	--


O Presidente da Assembleia, antes de abrir as inscrições para este ponto, deu nota, que no Regimento atual os Deputados Municipais têm direito à palavra pelo tempo de 1,5 minutos, mas devido à diminuição dos membros da Assembleia, propôs ser alargado até aos 2 minutos, tendo sido aceite pelos presentes.

Ficaram inscritos para este ponto os deputados: Manuel Fernandes, Pedro Silva, Amado Dias, Custódio Domingues, Diogo Castro, Mariana Domingues e Manuel Anselmo Mendes.

O deputado Manuel Fernandes comunicou à mesa, que foi eleito pelo seu Grupo Parlamentar AD, como líder da sua bancada. Começou por saudar todos os presentes, desejando um ótimo mandato. Seguidamente colocou uma questão ao Presidente da Câmara sobre o último Congresso da Associação Nacional de Municípios, no qual foi eleita uma nova direção e onde foram referidas algumas intenções recorrentes ao início de cada mandato, nomeadamente sobre se existiu alguma proposta de descentralização e em que condições poderá vir a ser aceite.

Foi dada a palavra, de seguida, ao deputado Pedro Silva, que expressou as suas saudações a todos os presentes, começando por referir que, no dia 16 de dezembro, houve a apresentação do programa Revive Natureza, um instrumento que poderá ser utilizado pelos municípios uma vez que visa a reabilitação de imóveis públicos, que muitas vezes estão devolutos, integrados numa lógica de economia local, questionando, se este instrumento, poderá ser utilizado em imóveis que careçam de obras, como é o caso das casas de fronteira em São Gregório.

Usou da palavra o deputado Amado Dias, começando por cumprimentar os presentes e desejando um excelente mandato ao novo Presidente da Câmara, lembrando que, nos últimos 6 anos, nas reuniões da Assembleia Municipal sempre que interveio, o líder da bancada da oposição, fazia questão de lembrar ao Presidente da Câmara cessante, mais apoio financeiro e humano para as juntas de freguesia, pedindo ao atual Presidente que, neste mandato, não se esqueça de dar esse apoio. Terminou dizendo que anda a circular um boato, lançado pela AD, que



em Paderne só se fizeram obras eleitoralistas, considerando ser uma ofensa para as gentes de Paderne. Acabou por referir as obras realizadas na junta de freguesia, iniciadas em 2020 e que decorreram durante todo o mandato.

Usou da palavra o deputado Custódio Domingues, começando por apresentar as saudações a todos os presentes e seguidamente colocou algumas perguntas sobre a saúde, questionando o Presidente da Câmara se já tinha tido oportunidade de visitar as obras de requalificação do Centro de Saúde e se as mesmas estavam a cumprir os prazos estipulados, uma vez que é uma obra financiada pelo PRR e que obriga ao cumprimento dos mesmos. Questionou ainda, se o Presidente tinha conhecimento da reorganização do funcionamento do Centro de Saúde relativamente à criação de uma possível unidade de saúde familiar, que, na sua opinião, para o cidadão comum, nada de especial irá acarretar. As alterações serão organizativas dentro do próprio centro de saúde. Seguidamente falou sobre o cartão de saúde municipal. Tendo sido uma iniciativa do PSD, desde há 8 anos atrás, devendo já estar bem definido para entrar em funcionamento. Mostrou algumas reservas relativamente ao mesmo e colocou algumas questões, como: “o cartão será para todos os melgacenses residentes? O que é que esse cartão vai cobrir na saúde e se existe alguma companhia de seguros interessada neste cartão? Segundo o que viu nas rubricas do orçamento, será para entrar em funcionamento daqui a 2 ou 3 anos? Com as verbas orçamentadas, divididas pelo número de habitantes, corresponderá a cerca de 40€ por ano para cada cidadão. Com esse cartão, onde nos poderemos dirigir? Aqui ou fora do concelho? Não acredita que seja a melhor solução. Acredita sim, no SNS, acrescentado, ainda, que o município deverá exigir, ao poder central, que pelo menos se volte à situação do “antes COVID”.

Seguidamente usou da palavra o deputado Diogo Castro. Após cumprimentar todos os presentes, questionou qual o ponto de situação da Zona Empresarial de Alvaredo: se houve evolução de interessados em se instalar na Zona Empresarial? fazendo uma chamada de atenção em relação à necessidade de uma rotunda na saída da referida zona, assunto já solicitado por escrito ao anterior executivo, pois será uma zona de maior tráfego e circulação de pessoas.

Foi dada a palavra à deputada Mariana Domingues, que iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes. Seguidamente, começou por referir as obras de requalificação do Centro de Saúde de Melgaço, cuja conclusão está prevista


para o próximo ano de 2026, dando nota de algumas dificuldades que têm sido sentidas no decorrer da obra como o barulho, sujidade, falhas na eletricidade e internet, dificultando o trabalho e pondo em causa o profissionalismo de quem lá trabalha e, também, alguma precariedade nas instalações sanitárias. Questionou o Presidente da Câmara se já estão previstas novas respostas de saúde, que possam vir a ser instaladas e se já entraram em comunicação com a ULSAM para fazer acontecer eventuais novas respostas.

Usou da palavra o deputado Manuel Anselmo Mendes, para saudar todos os presentes, começando por falar de eventos vínicos, fazendo um esclarecimento, de que, quem é competente para promover o vinho são os produtores, mas são as entidades competentes que têm a responsabilidade de promover o vinho em 160 países, com uma verba muita pequena, que vem das taxas dos vitivinicultores. Referiu ainda, que é a favor dos 2 eventos que se fazem no nosso concelho, mas de forma comedida, uma vez que verificou que alguns municípios gastam mais dinheiro nestes eventos do que a própria ViniPortugal, para promover o vinho em todo mundo. Disse que é um exagero o dinheiro que a sub-região de Monção e Melgaço gasta nestes eventos. Sugeriu ainda, o espaço das Termas como sendo um espaço charmoso para a festa do espumante.

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados.

Após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção saudando o deputado Manuel Fernandes, por ter sido designado o líder da sua bancada, o que permitirá uma melhor organização dos trabalhos e uma comunicação mais eficaz. Referiu que será profícuo que os Deputados do Partido Socialista façam o mesmo, em benefício do funcionamento da Assembleia.

Mencionou ainda, que em relação ao 27.º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado recentemente, foi um congresso importante para o poder local e, em particular, para territórios do interior e de baixa densidade, como Melgaço. A discussão centrou-se, entre outros temas, na revisão do estatuto dos eleitos locais, na alteração da Lei das Finanças Locais e nas assimetrias regionais existentes entre o litoral e o interior. Os municípios do interior enfrentam maiores dificuldades orçamentais para responder às exigências da gestão autárquica, ao contrário de muitos municípios do litoral que dispõem de mais recursos. É, por isso,



fundamental que o poder central assumira a necessidade de reforçar os meios financeiros para os territórios de baixa densidade.

Respondendo ao deputado Pedro Silva, o programa “Revive Natureza”, foi uma surpresa positiva devido à elevada participação na sessão realizada em Lamas do Mouro. Este programa visa não apenas a reabilitação de edifícios devolutos, mas também a sua articulação com os agentes locais e com os recursos endógenos do território.

A avaliação das propostas assenta em duas vertentes: a renda proposta e o prazo de execução das obras. As rendas previstas são simbólicas e razoáveis, e o financiamento apresenta condições muito favoráveis, com taxas reduzidas e um teto máximo de investimento.

Quanto às casas da fronteira, não integraram esta primeira fase do concurso devido aos elevados custos de reabilitação. O programa poderá vir a ser alargado futuramente, sendo importante que os edifícios sejam devidamente sinalizados para inclusão em fases posteriores.

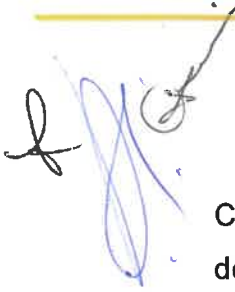
Em relação à questão colocada pelo deputado Amado Dias, referiu que não se iria pronunciar sobre boatos. Em relação às verbas que o município dispõe, são limitadas, gostaríamos de fazer a vontade a todas as juntas de freguesia, a todas as associações e instituições. A situação financeira do município é conhecida e não pode ser ignorada. Há dívidas, atrasos nos pagamentos e processos em tribunal que condicionam a ação do executivo. Referiu que, na intervenção do Presidente de Junta de Paderne, este mencionou que enquanto o Presidente da Câmara era deputado, reivindicava mais apoio para as juntas. Essa afirmação é verdadeira, e mesmo agora nesta função continua a dizer que isso tem de ser feito, pois a junta têm uma política de proximidade com a população, sabendo quais as carências das pessoas. Tem é que dosear a sua ambição em relação aos investimentos e à nossa realidade. Foi criado um gabinete de apoio às freguesias, alocando um meio humano, já com bastante experiência, pois foi Presidente de Junta durante vários anos e que irá agora ajudar as juntas.

Respondendo ao deputado Custódio Domingues, referiu que enquanto o senhor deputado foi vereador sempre exerceu o mandato de uma forma desprendida, nunca deixando de colocar as questões para que fossem esclarecidas em proveito do território. No domínio da saúde, já foram realizadas visitas ao centro de saúde e

mantidos contactos institucionais, não concordando com a opinião do senhor deputado, uma vez que existem perspetivas positivas relativamente à reorganização dos cuidados de saúde primários e à implementação de novos modelos, que permitam melhorar a resposta às populações, reduzir tempos de espera e atrair profissionais para o território.

Relativamente ao Cartão Municipal de Saúde, trata-se de um processo com várias etapas, desde a elaboração do caderno de encargos até à abertura de concurso público e posterior contratualização. O valor inscrito no orçamento reflete a realidade financeira do município e será ajustado de forma responsável. Numa fase posterior, as seguradoras irão ter que procurar parceiros. Acrescentou ainda, que já o escutaram a dizer que não é muito realizável ter um serviço de atendimento permanente, pois a média de atendimento era 1 pessoa por dia e um caderno de encargos do SAP era de quase mil euros/dia. Com o encerramento do SAP, foi disponibilizada uma viatura com profissionais, respondendo de uma melhor forma às nossas necessidades, deslocando-se à residência de cada pessoa que necessite. Por último, afirmou que o cartão de saúde municipal irá dar resposta a consultas de especialidades, exames e transporte.

Dando agora resposta ao deputado Diogo Castro, referiu que há que fazer um trabalho com alguma profundidade naquilo que toca à captação de investimento na Z.E.A. No que respeita ao desenvolvimento económico e à captação de investimento, reconhece-se a importância dos setores do vinho e do turismo, mas é igualmente necessário diversificar a base económica do concelho. O empresário que pediu a aquisição de 2 lotes, apresentou uma candidatura a fundos comunitários que não foi aprovada, redesenhou a candidatura e irá apresentá-la novamente para conseguir apoios e financiamento para a implementação do projeto. Em relação ao outro interessado, pretende deslocalizar a sua produção para Melgaço. Esperemos que outros empresários apareçam. Por último, a rotunda naquela zona empresarial é essencial. Já está a ser desenhada, esperemos que as Infraestruturas de Portugal avancem com o processo, para que seja infraestruturada como resposta a esta necessidade. Em relação à rotunda do Centro de Estágios, já está desenhada, mas ainda não está construída, foi prometido que seria construída com a superfície comercial, temos, agora, que ser reivindicativos e exigir que o projeto seja agilizado para que a obra aconteça.



Em resposta à deputada Mariana Domingues, que falou sobre as obras do Centro de Saúde, as obras estão a decorrer a bom ritmo, o empreiteiro é respeitador de prazos, tem boa qualidade de construção e oferece garantias. A obra tem um senão, como barulhos e sujidades, vamos reunir para tentar mitigar estes constrangimentos.

E por último, respondendo ao deputado Anselmo Mendes, começou por referir que o município faz um esforço para promover uma das nossas maiores riquezas que é o vinho, deu os parabéns aos agentes que trabalham nesta área, que têm conseguido agregar os pequenos produtores e os viticultores a grandes unidades, criando riqueza para todos, assim como na área do fumeiro, referindo que houve uma reunião com os técnicos, para definir estratégias e compromissos, para existir um acréscimo na qualidade do que há para oferecer. Com os eventos do espumante e do alvarinho, o município gasta cerca de 600mil euros, mas estes eventos são essenciais para o território, havendo a necessidade de fazer algumas alterações e redimensionar os certames à nossa realidade.

Por fim, reafirmou que todas as decisões e opções têm de ser enquadradas na realidade financeira existente, privilegiando aquilo que é essencial para a população, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos e assegurando a sustentabilidade do município.

Assunto nº03	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;
---------------------	--

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara referiu que foi enviado a todos os deputados a informação de toda a atividade municipal desde que tomaram posse. Nela, estão descritas as reuniões efetuadas com os colaboradores, com as várias valências, com parceiros empresariais e com diversas instituições. Realizaram-se reuniões a nível do concelho, mas também com entidades que são parceiros, nomeadamente a CIM Alto Minho, com a ADRIMINHO, com o CIAB, com as Comédias do Minho, com o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial e há reuniões preparadas com a ADERE – PNPg.

Na referida informação, consta o que foi discutido nas reuniões de Câmara com o respetivo sentido de voto, e alguns dos eventos que foram acontecendo. Decorreu em novembro, na Escola Superior de Desporto e Lazer o encontro das escolas de desporto e os politécnicos e houve a reposição no Solar do Alvarinho do traje da confraria.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia questionou os presentes se havia pedidos de intervenção para este ponto. Pediu a palavra o deputado Maximiano Gonçalves.


O Deputado Maximiano Gonçalves, depois de saudar todos os presentes, referiu-se à informação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal dizendo da necessidade de dar uma maior clareza, em relação ao estado dos investimentos em curso, no que respeita à sua execução e respetivo estado financeiro, afirmando o seguinte:

- Nos projetos financiados, através de fundos comunitários e nacionais, teria todo o interesse constar, também, da informação o nível de execução e correspondente financiamento;
- Em relação ao mapa, relativo às obras e melhoramentos na zona urbana e rural estão indicados, em algumas dessas obras, os programas comunitários, mas não é indicada a respetiva comparticipação financeira;
- Na informação é também indicada a dívida a fornecedores no montante de 5.569.159,38€ e a dívida à banca, a médio e longo prazo no montante de 5.118.434,31€, o que dará um total de dívida a curto, médio e longo prazo de 10.687.593,69€.

Afirmou que se assiste, no entanto, a uma narrativa permanente, por parte do senhor Presidente da Câmara de referência a um passivo de 26 milhões de euros. Sendo preocupante a referência constante, a um passivo desta ordem, sem a necessária referência ao ativo, para assim permitir constatar o real resultado líquido do Município.

Seria importante esclarecer que o passivo incluiu, além da dívida, compromissos assumidos que resultarão em despesas futuras.

De seguida, e como exemplo do exposto, o deputado deixou uma interrogação: “No que respeita a um investimento com garantia de financiamento comunitário, contabilizam a despesa como passivo e a receita do financiamento como



ativo? Isso demonstra que deve ser dada uma informação devidamente detalhada contendo os passivos e os ativos para permitir, então sim, apurar a saúde financeira do Município”.

Nesse sentido a bancada do Partido Socialista exortou o Presidente da Câmara a fazer chegar à Assembleia Municipal um documento que demonstre os reais valores do ativo e passivo, para daí se apurar a verdadeira situação do Município.

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo deputado.

O Presidente da Câmara começou por afirmar que o executivo irá desempenhar fielmente o mandato que lhe foi confiado, compreendendo que não concordem com algumas decisões, mas será na discussão que se constroem melhores soluções. Agradeceu a sugestão que foi feita, referindo que no orçamento há um plano plurianual de obras, muitas delas com comparticipação financiada por fundos comunitários, onde constam os níveis de execução.

Afirmou, ainda, que não inventam documentos, são os que o sistema de normalização contabilística e a legislação prevê, mas o executivo está disponível para responder a todas as informações que a bancada do Partido Socialista pretenda, chegando essa informação assim que possível. A questão do passivo é uma questão velha. Referiu que não foi ele que inventou o número que estava na prestação de contas e na conta de gerência relativamente a 31 de dezembro de 2024 que era de 25.992 mil euros; mais de 26 milhões que existiam à data de 30 de junho de 2025; atualmente um passivo de 30 milhões, onde consta a dívida à banca, dívida a fornecedores, depreciações e diferimentos.

Alegou também que há dois conceitos que são completamente distintos, o passivo e o ativo, mas o ativo também acarreta problemas, pois há que fazer manutenção e conservação, e pagar os meios humanos afetos às infraestruturas que foram criadas. Terminou a intervenção afirmando que uma Câmara não tem que dar lucro, tem é que ter cuidado na gestão de recursos para não aumentarem os problemas.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.



Assunto nº04	Representantes da Assembleia Municipal de Melgaço na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
---------------------	---

O Presidente da Assembleia Municipal, perguntou aos elementos das duas bancadas, quais as propostas a apresentar, referentes a este ponto da Ordem de Trabalhos.

Foi apresentada, pelo líder da bancada da AD, o deputado Manuel Fernandes, uma proposta conjunta das duas bancadas, da qual constam 4 membros efetivos e dois suplentes:

Efetivos: Manuel Fernandes Alves dos Santos

Liliana Isabel Cortes da Rocha

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

Catarina Aurora Rodrigues Mira

Suplentes: Mariana Lourenço Domingues

Carla Sofia de Abreu.

Seguidamente, foi colocada a proposta á discussão e uma vez que não houve intervenientes, passou-se à votação.


Relativamente à votação, que pela lei, deveria ser feita, por voto secreto, foi colocada a proposta de se fazer a votação, de braço no ar, uma vez que a proposta foi conjunta, tendo a Assembleia concordado.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº05	Redução em 50% do valor das taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do mercado municipal, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2026;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara referiu, que se está a falar da feira mercado. Adotou-se pelo anterior executivo e foi deliberado nesta assembleia, a redução em 50% nos valores das taxas da ocupação, definidas para os lugares da feira semanal



no mercado, por ocasião do Covid. O grande alarme e as grandes consequências acabaram, mas não acabaram os problemas que o comércio tradicional tem. Cada vez há mais clareiras, no campo da feira, porque alguns dos feirantes deixam de vir. Mas a feira contribui enormemente, como uma resposta a nível do comércio, aos munícipes e também aos nossos vizinhos espanhóis, que ajudam a manter a atividade dos feirantes viva. O que, o executivo propõe, é ser submetido a discussão, a redução do valor das taxas a 50%, quer no mercado, quer na feira.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem, passou-se à votação tendo sido **aprovado por unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº06	Isenção do pagamento da taxa anual aplicável às ocupações do espaço público previstas nas alíneas a), b) e e), do n.º 1, do artigo 2, do Regulamento Municipal de Domínio Público;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara referiu, que esta medida se destina a apoiar o comércio local, designadamente a restauração e ainda uma licença de passagem de uma tubagem para uma exploração agrícola, pela via pública. Por norma, haveria de haver o pagamento de uma taxa. O que se propõe, como uma medida de apoio aos nossos comércios e atividade agrícola e pecuária, é a isenção total destas taxas, uma vez que a receita gerada não era significativa.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem, passou-se à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.



Assunto nº07	Taxas Municipais a aplicar para o ano de 2026;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara referiu que se está a falar de 3 impostos:

dos 5% no IRS, da derrama até 1,5% sobre o lucro tributável às empresas, sobre imposto rendimento das pessoas coletivas e do imposto municipal sobre imóveis. O que se propõe, é, que se mantenha a taxa do IMI para os agregados habitacionais. Propondo relativamente, a determinada categoria de prédios urbanos e industriais, um agravamento da taxa para o máximo que a lei permite. Não é um acréscimo de IMI para nenhum dos municípios, mas sim para as empresas que estão implantadas e fornecem serviços a Melgaço, estamos a falar de água, resíduos sólidos, saneamento, as torres e aerogeradores eólicos, centrais elétricas, etc. Propôs, ainda, acabar com a majoração dos 30% nos prédios urbanos degradados e minoração da taxa do IMI em algumas situações, como aos sujeitos passivos que tenham dependentes a cargo. Uma minoração de 20% para os prédios urbanos, para incentivar, aquelas pessoas que tenham imóveis devolutos ou mais que um imóvel, os poderem colocar a arrendar, de forma a tentar dar uma resposta à falta de habitação. Falou, também, de uma redução de 50% para os prédios classificados como de interesse público.

O Presidente da Assembleia, relativamente a este ponto, informou que vê, com satisfação, a penalização dos 0.45, a grandes empresas que atuam na área dos centros electroprodutores, mas neste momento, no que diz respeito aos fotovoltaicos e eólicos ainda não é possível cobrar IMI. Durante 5 anos os municípios já receberam o IMI, mas, após decisão judicial tiveram que o devolver. No entanto existe, agora, um acordo, entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, no sentido de um conjunto de elementos que constituem as torres e a produção de energia eólica, painéis solares e o terreno ocupado, serem considerados em avaliação para atribuição do IMI, o que permitirá a respetiva cobrança, sendo espectável que venha a produzir efeitos no próximo ano. Haverá também uma pequena alteração à lei das finanças locais, por causa da distribuição destas verbas, que passa a permitir a distribuição do

IMI, pelos diversos municípios em que os centros electroprodutores tenham impacto. Os exemplos das eólicas e das barragens são os mais paradigmáticos.

Usou da palavra o Presidente da Câmara começando por agradecer esta explicação. De facto, existem guerras judiciais entre as empresas dos parques eólicos e os municípios, mas que os municípios têm ganho e o imposto está a ser pago. Pode haver uma dificuldade prática na implantação das taxas de IMI diferentes para os prédios urbanos que esperamos que a autoridade tributária resolva.

Pedi a palavra o deputado Manuel Fernandes para dizer, que durante os mandatos anteriores, sempre reclamaram uma redução da participação variável do IRS, assim como a redução do IMI. Dentro da descrição que o Presidente da Câmara tem apresentado, face às necessidades que o município apresenta, é para dizer que a realidade tem muita força e impõe-se a qualquer intenção de redução. Reconheceu também positiva esta aplicação, da taxa dos 0.95 aos prédios urbanos industriais e agradeceu a explicação dada pelo Presidente, mas que de facto, quem pode pagar mais tem que pagar mais, alguém que explora o território, retira riqueza, também deve, por esta via, reverter a favor do nosso município. Valorizou também a minoração relativamente às famílias com dependentes a cargo. Valorizou a medida de promoção do arrendamento.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem, passou-se à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº08	Contrato Programa com a Empresa Municipal Melsport;
--------------	---

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara referiu que, a Melsport é uma empresa municipal, e em termos de objeto social tem a gestão, exploração, manutenção das instalações e equipamentos desportivos, recreativos e de lazer. Tem a necessidade de financiamento, como qualquer outra empresa, pois as receitas que gere não são suficientes. Presta um serviço ao município e a todos os munícipes a vários níveis. O



que vem à votação é um contrato programa, que implicará da parte do município uma transferência de verbas no valor de 517.519,00€.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem, passou-se à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**, com a pretensão de entrega de declaração de voto das bancadas parlamentares do PS e da AD. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº09	Contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2026;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara começou por referiu que, é uma medida e uma proposta que tem sido recorrente, para fazer face a constrangimentos de caixa e estabilizar saldos de orçamentos. Será ainda mais necessária no próximo exercício orçamental, pois haverá que fazer a redução da dívida global e fazer face a pagamentos, onde se prevê executar muita obra financiada por fundos comunitários, havendo a necessidade de fazer pagamentos intermédios, antes de receber as verbas alocadas a essas obras. Foi feita uma proposta, às várias instituições bancárias, onde a mais vantajosa foi do BPI, com uma taxa de 0,02% e total isenção de comissões com um Euribor indexado a 12 meses, prevendo-se uma diminuição das taxas ao longo do ano de 2026. Esclareceu ainda, que este empréstimo a curto prazo não entra no índice de endividamento, pois terá que ser pago até ao final do exercício económico.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem, passou-se à votação, sendo **aprovado por unanimidade**, com a pretensão de entrega de declaração de voto das bancadas parlamentares do PS e da AD. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº10	Grandes Opções de Plano e Orçamento para 2026;
---------------------	---



O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara começou por fazer uma explanação deste ponto de trabalho, iniciando pelos valores absolutos em termos de despesa, como sendo muito elevados, pois prevê-se realizar para o ano de 2026 muita obra que foi candidatada a fundos comunitários e terá de ter uma comparticipação do município. Referiu também, que nem todas serão possíveis de realizar, e que terão de ir à banca para conseguir honrar a parte que cabe ao município.

Passou a referir detalhadamente os valores da receita corrente e da receita de capital, da despesa corrente e da despesa de capital.

Continuou referindo quais as várias obras que estão previstas e que constam do documento enviado a todos os deputados.

Terminada a sua intervenção, o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, ficaram inscritos os deputados: Bárbara Lima, Maximiano Gonçalves, Pedro Silva, Manuel Fernandes e Diogo Castro.

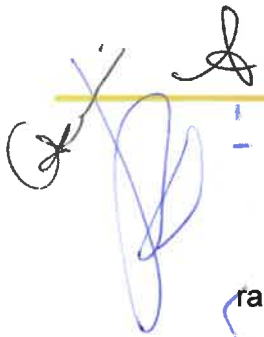
A deputada Bárbara Lima começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Seguidamente referiu que o Presidente da Câmara assumiu publicamente, durante a sua campanha eleitoral, nomeadamente nas suas redes sociais, o compromisso de e citou: “Instituir o Orçamento Participativo Jovem: criar um mecanismo de participação em que os jovens possam apresentar e decidir projetos de investimento para o concelho, afetando uma verba mínima inicial de 50.000 euros para a concretização das propostas vencedoras.” A deputada referiu, ainda, que após a análise do Orçamento Municipal, verificou que essa verba não constava do mesmo. Questionando, se iriam alegar a sua não inclusão devido à herança do passivo do anterior executivo, pois quando anunciaram esta medida já tinham comunicado nas suas redes sociais que o passivo ascendia a mais de 25 milhões de euros. Referiu ainda, que poderiam não ter abdicado totalmente da medida, mas iniciá-la com uma verba mais reduzida, e reforçar progressivamente essa dotação até atingir o valor inicialmente anunciado. Em conclusão, referiu que a medida é boa, mas que a oposição também sabe que o é, sendo uma mais-valia para o Município. Como jovem, criou expectativas e agora não pode deixar de manifestar a sua decepção, por ver um instrumento essencial de participação cívica, de envolvimento democrático e de valorização da juventude ser deixado para trás neste orçamento.

Terminou a intervenção questionando se a medida será resgatada para 2027?

Seguidamente o deputado Maximiano Gonçalves mencionou que após toda a explanação do Presidente sobre o Orçamento e Plano de Atividades, foi possível perceber que não herdou apenas o passivo, herdou muitas obras, muitos projetos e muitos financiamentos, uns já aprovados e outros submetidos. Pelo seu passado como presidente de junta, ao analisar estes documentos deparou-se que, em relação às freguesias, o Orçamento e Plano de Atividades, não reflete de forma clara o apoio dado às mesmas. Há uma verba global, sem discriminar freguesia a freguesia o valor do apoio concedido e para que feito. Após a aprovação do Orçamento, em reunião do executivo, a Câmara fez uma comunicação a cada uma das freguesias referindo o apoio a atribuir, num documento subscrito por um funcionário. Em situações de dívidas para com as freguesias, o facto de não estar inscrita a verba necessária devidamente identificada, para dar cobertura financeira à freguesia, vai criar dificuldades acrescidas porque impede a freguesia de apresentar um documento com força legal que garanta aos seus credores o cumprimento dos pagamentos em falta. Acrescentou que não lhe parece correto, depois da Câmara Municipal ter escutado os Presidentes de Junta com as suas propostas para a elaboração do orçamento, não tenha tido o mesmo comportamento junto dos mesmos, justificando as opções tomadas em relação aos apoios a atribuir.

O deputado Pedro Silva, começou a sua intervenção dando os parabéns à equipa técnica da Câmara, pois a qualidade do documento é notória, com uma maior clareza de quadros e números, sendo muito mais fácil analisar agora do que há 8 anos.

Gabou a coragem do Presidente, pelo conhecimento que alguns têm, de algumas angústias, que o Presidente da Câmara passou nestes 2 meses para fazer o Orçamento e a coragem que teve de o assumir aqui perante a Assembleia, estando em funções há apenas dois meses. Não herdou uma folha em branco, mas sim, um orçamento praticamente fechado, com opções, projetos e compromissos assumidos pelo executivo anterior e hoje sentados nos bancos da oposição, sendo um orçamento de transição. O que encontrou ao assumir funções foi uma situação financeiramente frágil, com uma tesouraria debilitada, com pouca margem de manobra e com compromissos assumidos que condicionaram seriamente a capacidade de decisão política desde o primeiro dia.



Perante esta realidade, havia dois caminhos: ou fazer política de espetáculo, rasgar compromissos, criar instabilidade e lançar o Município numa aventura financeira, ou governar com responsabilidade, seriedade e respeito pelos Melgacenses, escolhendo a responsabilidade. Este Orçamento tem um valor global de 43,85 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 18% face ao orçamento anterior, mas este crescimento não resulta de um aumento da despesa permanente, mas sim, de uma forte componente de investimento. Sendo que, mais de metade do orçamento é investimento, direcionado para infraestruturas, equipamentos, requalificação do território e melhoria da qualidade de vida no concelho.

Este não é ainda o orçamento que reflete plenamente a visão política deste executivo, esse será o próximo orçamento, construído com tempo, com escolhas próprias, com uma situação financeira mais sólida e com total responsabilidade política, assentando em rigor, seriedade e respeito pois é a marca do Presidente na gestão dos dinheiros públicos, que promete governar com verdade, responsabilidade e respeito pelo dinheiro público.

E isso, tendo em conta o ponto de partida que herdámos, já representa uma mudança clara na forma de governar este Município.

O deputado Manuel Fernandes começou por dar os parabéns ao executivo e ao Presidente da Câmara e à equipa que esteve envolvida na execução deste orçamento, pois poderiam usar os 3 meses disponíveis na lei, para a apresentação do mesmo, no entanto, não o fizeram. Referiu também, o seu desacordo em relação ao deputado municipal Custódio Domingues relativamente ao cartão de saúde municipal, que representa uma questão de direitos humanos, assegurando igualdade à saúde a todos os munícipes, sendo um instrumento de complementaridade ao SNS. Segundo o deputado em 2027 poderemos estar em condições de oferecer a todos os munícipes, sem exceção, o acesso à saúde incluindo a mobilidade.

Gerir é optar, por isso houve que fazer a suspensão do MDOC, mas nem tudo é suspenso, pois o que envolve a comunidade melgacense, as suas gentes, que representa a nossa identidade e a nossa história mantém-se, pois há que preservar as nossas tradições havendo património imateriais que não podemos perder.

Em seguida, interveio o deputado Diogo Castro referindo que em 2025 a freguesia de Alvaredo avançou com as obras no cemitério da freguesia, tendo um

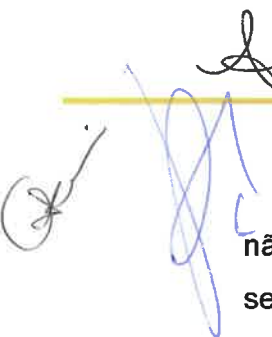
contrato com o empreiteiro, avançando com a obra. Neste momento, estão praticamente no final da obra e não tem financiamento para cobrir essa despesa. É uma junta com poucos recursos, necessitando do apoio da Câmara Municipal, já o fizeram com o anterior executivo e vão ter de o fazer agora com o atual. Já teve reuniões com o Vereador e o Presidente da Câmara, sendo bem atendido e recebido, com uma conversa franca.

Atualmente, tem uma dívida de 130 mil euros de uma obra que está feita e que os preocupa, pois devem esse dinheiro. A sua preocupação prende-se com o terminar da obra, pois devem o dinheiro por um lado e por outro só há 3 ou 4 sepulturas disponíveis, podendo, no espaço de 1 ano, se complicar ainda mais, daí a urgência da obra. Terminou a sua intervenção apelando, ao executivo, ajuda para pagar a obra no ano de 2026.

Após as várias intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Assim, começou por responder à deputada Bárbara Lima referindo que precisam de juventude na assembleia e no território, pois sem juventude não há futuro no concelho, no entanto, há que fazer o mais difícil, que é criar condições. Alegando não deixar de apoiar os jovens e de pensar neles, pois existem diversas rubricas no Orçamento que dão resposta às aspirações e apoios que os jovens carecem. Disse ainda que a deputada referiu que já se sabia do passivo, mas deveria estar mais atenta à informação disponibilizada a esta assembleia, pois aí reflete o valor a fornecedores a curto prazo, havendo um aumento de dezembro 2024 para dezembro 2025, em mais do dobro, o problema passa por aqui, pois o passivo gere-se. É uma iniciativa comum a ambas as bancadas e a juventude estará na crista da onda para este município.

Em resposta ao deputado Maximiano Gonçalves, começou por referir que se herdaram projetos, mas também problemas, pois projetos há muitos, e são fáceis de fazer, tem de ser executados e pagos. Concorda com o deputado, pois é um orçamento extremamente ambicioso, e se dependesse de si não incluía tanta obra pois irão ter problemas de execução, de timings, de respeito por fundos comunitários e de compromissos financeiros que terão que assumir. Em todo o seu percurso, nunca viu nenhum orçamento com a descrição dos valores a afetar as juntas de freguesia e aquilo que foi comunicado às juntas de freguesia através do órgão que criaram para o efeito, foi com indicações do executivo. Questionou o deputado, como entende que



não se deu feedback aos presidentes de junta daquilo que seria a realidade e até onde se poderia ir. Foi dado conhecimento, quando se reuniu com eles, não tem faltado veículos de informação para todos saberem a realidade. Os valores das transferências para as freguesias não foram ajustados para menos relativamente a exercícios orçamentais anteriores.

Agradeceu as palavras do deputado Pedro Silva pelos acréscimos da qualidade, no entanto, há que partilhar com os técnicos, fazendo todos um esforço para que tudo fosse tratado antes das festas. Temos de ir pelo caminho das decisões ponderadas, do rigor e da transparência, da seriedade e do sentido de responsabilidade para todos, incluindo os presidentes de junta. O deputado avisou no passado várias vezes quando descortinava o exercício orçamental alertando o valor da despesa pois estavam a comprometer o futuro das contas do município não dando seguimento aos diversos alertas.

Seguidamente, agradeceu as palavras do deputado Manuel Fernandes, pela explicação dada em relação ao cartão de saúde municipal.

Em relação ao deputado Diogo Castro, começou por lhe agradecer, por ter mencionado o assunto do cemitério, durante muitos anos e em muitas freguesias, fizeram-se muitas casas mortuárias, hoje poderemos reponderar se se fez um bom investimento, gastou-se tanto dinheiro em casas mortuárias e não em cemitérios. Em sua opinião deveriam ter começado pelos cemitérios para seguidamente se fazer as casas mortuárias. Várias freguesias tem o problema de Alvaredo, no entanto, a junta de freguesia irá concluir este projeto, mas quando submetem projetos deveriam estar acauteladas as verbas para os mesmos.

Após o término dos esclarecimentos do Presidente da Câmara, tomou a palavra o Presidente da Assembleia para esclarecer o Presidente da Câmara, que deveria ser mais rigoroso nas afirmações que faz, pois no tempo em que foi Presidente de Câmara, sempre estiveram identificados investimentos em todo o concelho, feitos por administração da Câmara ou administração direta das juntas de freguesia.

Pedi a palavra o deputado Maximiano Gonçalves, para reafirmar o que o Presidente da Assembleia acabara de esclarecer, que sempre vieram constantes no plano de atividades e orçamento todos os investimentos feitos nas freguesias e as suas dotações. Talvez se tenha deixado de fazer, nos últimos doze anos, mas como se está a fazer uma mudança, poder-se-ia fazê-la também nesse aspeto. Continuou

dizendo que, mesmo assim, sempre existiram diversas reuniões entre Juntas de freguesia e executivos camarários, onde se discutiam as obras e onde ficava combinado o que se poderia ou não executar, para ser possível fazer o plano de atividades e orçamento nas juntas de freguesia.

O deputado Diogo Castro acrescentou que já procuravam terreno para alargar o cemitério há mais de 15 anos e só agora foi possível, relativamente à casa mortuária, tiveram várias ofertas, o projeto foi gratuito e o ar condicionado também.

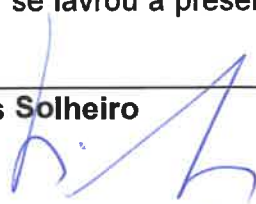
O Presidente da Câmara tomou da palavra para acrescentar alguns exemplos dos valores para as juntas que foram transmitidos aos presidentes de junta.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem, passou-se à votação, tendo sido **aprovado por maioria, sem votos contra, com 12 abstenções da bancada parlamentar do PS e 11 votos a favor da bancada parlamentar da AD**, com a pretensão de entrega de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº11	Período de Intervenção do Público.
--------------	------------------------------------

Não houve pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia.

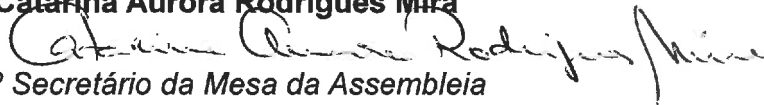
E, nada mais havendo a tratar, quando eram 22h50, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.
António Rui Esteves Solheiro <i>Presidente</i> 

Carla Sofia de Abreu



1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

Catarina Aurora Rodrigues Mira



2.º Secretário da Mesa da Assembleia



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 08 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2025: "Contrato Programa com a Empresa Municipal Melsport "

O Contrato Programa celebrado entre o Município de Melgaço e a Melsport visa a utilização das instalações e equipamentos geridos pela Melsport nos seguintes eixos:

- 1 – Desporto Escolar e Associativo – Consubstanciado na disponibilização gratuita das instalações e equipamentos desportivos a Escolas e Associações Desportivas do Concelho.
- 2 – Apoio a Associações Locais Desportivas – Consubstanciado na disponibilização gratuita de um bloco no estádio para instalação de sedes sociais das Associações desportivas/Clubes e bar do Sport Clube Melgacense.
- 3 – Apoio aos Municípios de Melgaço – participação de 50% do valor de tabela, na utilização das instalações desportivas.

Pelo atrás referido e sempre como o apoiou e defendeu desde há muitos anos, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de Contrato Programa com a Empresa Municipal Melsport.

Melgaço, 20 de Dezembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista



(Handwritten signatures in blue ink)

**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 09 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2025: "Contrair Empréstimo de curto prazo para o ano de 2026"

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o ponto em questão dado tratar-se de um instrumento, consignado na Lei, que visa apoiar as autarquias nos constrangimentos de tesouraria.

Este financiamento a curto prazo não será relevante para o stock da dívida no final do ano dado que, até lá, terá de ser integralmente amortizado.

O Grupo do Partido Socialista constata, também, que depois de anos sucessivos em que a AD punha em cauda este empréstimo de curto prazo, vem agora fazer uso do mesmo, invocando argumentos que, ao longo desses anos, sempre refutara.

Melgaço, 20 de Dezembro de 2025

(Handwritten signature)
Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 10 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2025: “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026”

O Grupo parlamentar do Partido Socialista destacou no Orçamento apresentado um investimento previsto de 31 milhões de euros, com um financiamento assegurado, de fundos comunitários, de 26 milhões, com o Presidente da Câmara a não se comprometer com a sua execução, argumentando que não garantia a participação de 5 milhões através do Orçamento do Município, o que consideramos, desde logo, um ato de má gestão e demonstrativo de falta de visão para Melgaço.

Ao analisar o documento apresentado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista constatou, também, que o Orçamento e Plano de Atividades não reflete de forma clara e transparente o apoio que será dado às Juntas de Freguesia.

No que respeita ao financiamento das Freguesias aparece, no Orçamento, um valor global sem especificar a que tipo de investimento se refere e sem referência do apoio a atribuir a cada uma das treze Freguesias do Município.

O Grupo parlamentar do Partido Socialista considera inaceitável este relacionamento distante e opaco para com as Freguesias.

Consciente da importância da aprovação do Orçamento e Plano de Atividades, para a normalização da vida do Município o Grupo Parlamentar do Partido Socialista decidiu, apesar das profundas discordâncias, abster-se, viabilizando dessa forma a aprovação do documento.

Melgaço, 20/12/2025

Pel'O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO MUNICIPAL DA AD – COLIGAÇÃO
PPD/PSD – CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO FAVORÁVEL**

**QUANTO AO ASSUNTO Nº 09 DA ORDEM DE TRABALHOS “CONSTRÁIR
EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2026” DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 19/12/2025**

A contração de empréstimos de curto prazo colhe enquadramento legal no artigo 50º, nº 2, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pelo que se colocam questões de legalidade. O recurso a esta forma de financiamento é, portanto, legalmente admissível.

Por outro lado, são claras as finalidades do empréstimo que se pretende contrair. É um empréstimo de curto prazo que pretende responder as necessidades de tesouraria mais prementes ou mais imediatas. Aponta-se assim a necessidade de redução da dívida global e a possibilidade de liquidação imediata de dívidas vencidas, para além de haver uma preocupação de estabilizar os saldos do orçamento de tesouraria para 2026 e, ainda, permitir a execução de projetos financiados por fundos comunitários de grande dimensão, contribuindo para assegurar a comparticipação financeira municipal.

O recurso a este instrumento não está dissociada da circunstância de o novo Executivo ter encontrado um cenário financeiro e contabilístico que foi para além dos seus piores cenários que compromete seriamente a gestão corrente e os orçamentos futuros do Município: compromissos assumidos e a transitar para 2026 de 20 milhões e 630.000,00 euros, passivo acumulado e, em particular, uma dívida a fornecedores superior a 5 milhões de euros.

Face aos argumentos aduzidos e solidário com as preocupações expressas pelo Executivo Municipal, o Grupo Municipal da AD – Coligação PPD/PSD – CDS/PP votou favoravelmente à contração do empréstimo de curto prazo em apreço, o que fez.

Pel’O Grupo Municipal da AD – Coligação PPD/PSD – CDS/PP

Manuel Fernandes



AD-Coligação do PPD/PSD-CDS/PP

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO MUNICIPAL DA AD – COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO FAVORÁVEL

QUANTO AO ASSUNTO Nº 10 DA ORDEM DE TRABALHOS “*GRANDES OPÇÕES DE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026*” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 19/12/2025

O n.º 2 do art. 45º da Lei n.º 73/20131, de 3/09, estabelece que “Nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse”.

Ora, tendo o novo Executivo Municipal tomado posse no dia 25 de outubro transacto e ter recusado a utilização desta faculdade, é uma circunstância relevante pelo sinal positivo que quer dar quanto ao seu exercício de gestão e da vontade de querer resolver os problemas mais prementes de Melgaço e dos melgacenses, sem lamentos, nem adiamentos, mas com realismo.

Era de todos sabido, as dificuldades e os contrangimentos financeiros vividos pelo Município. Infelizmente, aquilo que o novo Executivo encontrou, foi uma realidade aumentada, uma vez que foi para além dos piores cenários.

Com efeito, a realidade financeira do Município regista que os compromissos assumidos a transitarem para 2026 de 20 milhões e 630.000,00 euros e uma dívida a fornecedores superior a 5 milhões de euros, que compromete seriamente a gestão corrente e os orçamentos futuros do Município.

E, portanto, convém dizê-lo com total clareza: não herdou uma folha em branco. Herdou um orçamento praticamente fechado, com opções, projetos e compromissos assumidos pelo executivo anterior e hoje sentados nos bancos da oposição.

Este é, por isso, um orçamento de transição.

O novo Executivo Municipal, o que encontrou ao assumir funções, foi uma situação financeiramente frágil, com uma tesouraria debilitada, com pouca margem de manobra e com compromissos assumidos, como se disse atrás, que condicionaram seriamente a capacidade de decisão política desde o primeiro dia.



AD-Coligação do PPD/PSD-CDS/PP

Perante esta realidade, havia dois caminhos: ou fazer política de espetáculo, rasgar compromissos, criar instabilidade e lançar o Município numa aventura financeira, ou governar com responsabilidade, seriedade e respeito pelos Melgacenses.

E este executivo escolheu a responsabilidade, a seriedade e o respeito pelos Melgacenses.

O orçamento em apreço tem um valor global de 43,85 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 18% face ao orçamento anterior.

Mas é essencial esclarecer desde já que este crescimento não resulta de um aumento da despesa permanente, nem de uma expansão descontrolada da máquina municipal.

Resulta, sim, de uma forte componente de investimento.

Mais de metade do orçamento é investimento, direcionado para infraestruturas, equipamentos, requalificação do território e melhoria da qualidade de vida no concelho.

Quanto ao funcionamento do Município, a mensagem é clara: a despesa fixa mantém-se controlada, não há aumento irresponsável de encargos permanentes e não há qualquer política de facilitismo financeiro.

Onde houve margem para conter, este executivo conteve.

Onde houve margem para corrigir, corrigiu.

Onde não houve margem, assumiu responsabilidades que não criou, porque governar também é isso.

Este não é ainda o orçamento que reflete plenamente a visão política deste executivo. E Não finge e não se esconde e não disfarça.

Este executivo não fugiu a essas decisões. Assumiu-as, geriu-as com rigor e começou, desde o primeiro dia, a pôr ordem na casa.

Começando, além do mais, pela reorganização dos serviços municipais para haver ganhos de eficiência, eficácia e aumento de qualidade da prestação dos mesmos;

A suspensão do MDOC, poupando, aos depauperados cofres municipais, cerca de 170 000,00€ anuais, mas mantendo o projeto “Que somos os que aqui estamos”, que envolve a comunidade melgacense, as freguesias, as nossas gentes; que traduz a nossa forma de ser, pensar e agir; que representa a nossa identidade, a nossa memória, a nossa história. Um revisitar das nossas origens, um regresso à nossa essência.



AD-Coligação do PPD/PSD-CDS/PP

E o lançamento do Cartão Municipal de Saúde para dar a dignidade que os melgacenses merecem no acesso à saúde. Com o Cartão Municipal de Saúde, os melgacenses recuperarão sua qualidade de cidadãos de primeira - igual à dos restantes cidadãos portugueses -, pois, em complementaridade com o SNS, Cartão Municipal de Saúde assegurará a todos os melgacenses o acesso a consultas e exames de especialidade e a transporte gratuitos.

Face aos argumentos aduzidos e solidário nas preocupações manifestadas pelo Executivo Municipal, o Grupo Municipal da AD – Coligação PPD/PSD – CDS/PP votou favoravelmente as Grandes Opções de Plano e Orçamento para 2026 em apreço, o que fez.

Pel'O Grupo Municipal da AD – Coligação PPD/PSD – CDS/PP

Manuel Fernandes

